
Habitabilidades e sociabilidades nas relações de vizinhança de um conjunto habitacional popular em Campos dos Goytacazes/RJ

Habitabilities and sociabilities in neighborhood relationships of a popular housing set in Campos dos Goytacazes / RJ

Diogo da Cruz Ferreira

Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Membro do grupo de pesquisa CEP28 (Cidades, Espaços públicos e Periferias) (UFF) e Cidades: história, desigualdades socioespaciais e políticas (UENF).

E-mail: cruzdiogo@yahoo.com.br

Teresa de J. Peixoto Faria

Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). Coordenadora do grupo de pesquisa Cidades: história, desigualdades socioespaciais e políticas (Diretório CNPq).

E-mail: teresa.uenf@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo descrever e interpretar as habitabilidades e sociabilidades que emergiram nas relações de vizinhança após a ocupação do conjunto habitacional Novo Jockey, edificado no quadro do Programa Morar Feliz (PMF), em 2011, na cidade de Campos dos Goytacazes (região Norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil). Os relatos e as situações apresentadas foram colhidos ao longo da observação participante realizada entre fevereiro de 2016 e fevereiro de 2018. De um lado, descrevemos a trajetória do programa Morar Feliz e analisamos as reconfigurações dos padrões de sociabilidades nas relações de vizinhança (ampliada e interna) na área em que o conjunto habitacional Novo Jockey foi construído. Situaremos estas redefinições a partir da fixação dos residentes selecionados pelo PMF. De outro, focalizamos em algumas situações entre os residentes do conjunto habitacional nas quais eles mobilizam objetos, repertórios e disposições anteriormente adquiridas como modo de tornar o ambiente urbano praticável. Observamos que as interações apontam para uma ação coletiva que envolveu atores muito heterogêneos, tornando o ambiente urbano habitável e praticável, os quais foram impulsionados por um programa municipal de moradia popular executada em uma cidade média distante de contextos metropolitanos.

Palavras-chaves: Política habitacional. Camadas populares. Habitar. Sociabilidades. Moralidades.

Abstract

The article aims to describe and interpret the housing and sociability that emerged in the neighborhood relations after the occupation of the housing complex Novo Jockey, built within the framework of the Morar Feliz program (PMF) in 2011, in the city of Campos dos Goytacazes (northern region of Rio de Janeiro State,

Brazil). The reports and situations presented were collected during the observation of ethnographic inspiration carried out between February 2016 and February 2018. On the one hand, we describe the trajectory of the Morar Feliz program and analyze the reconfigurations of sociability patterns in the extended and internal neighborhood relations in the area in which the Novo Jockey housing complex was built. We will locate these redefinitions from the fixation of the residents selected by the PMF. On the other hand, we focus on some situations among residents of the housing complex in which they mobilize objects, repertoire and dispositions previously acquired as a way of making the urban environment practicable. We observe that the interactions point to a collective action that involved very heterogeneous actors, making the urban environment of the area habitable and practicable, which were driven by a popular municipal housing policy carried out in a middle city far from metropolitan contexts.

Keywords: Housing policy. Popular stratum. Dwell. Sociabilities. Moralities.

Introdução

O artigo¹ tem como objetivo descrever e interpretar as habitabilidades e sociabilidades que emergiram nas relações de vizinhança após a ocupação do conjunto habitacional Novo Jockey, edificado no quadro do Programa Morar Feliz (PMF), em 2011, na cidade de Campos dos Goytacazes (região Norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil). Ele foi construído como parte da política de remoção de moradores de “áreas de risco” e financiado com recursos dos *royalties* do petróleo (Arruda, 2014).

O conjunto habitacional Novo Jockey² aparece como um *caso bom para pensar* (Geertz, 2004) as sociabilidades e as habitabilidades que se recriaram no

¹ Este artigo é parte da pesquisa de tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). Agradecemos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento durante o doutoramento. Somos gratos aos debatedores do Grupo de trabalho – Moralidades en las ciudades de la Periferia – pelas contribuições e arguições durante o XII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM 2017). De modo igual, agradecemos às contribuições e interlocuções com os grupos de pesquisa CEP28/UFF (Cidades, Espaços públicos e Periferias – Diretório CNPq) e ao Cidades: história, dinâmica socioespacial, desigualdades e políticas (Diretório CNPq).

² Por questões éticas, os nomes dos residentes e de alguns lugares foram alterados ou omitidos, porém, permaneci com o nome do conjunto e da cidade.

empreendimento residencial e na área em que ele foi construído. Para isso, realizamos uma observação participante entre fevereiro de 2016 e fevereiro de 2018, o que possibilitou compreender as *teias de significados* (idem) do habitar, resultantes do encontro de uma diversidade de habitantes.

Inicialmente, retomamos à trajetória do Programa Morar Feliz para depois descrever as paulatinas transformações nas relações de vizinhança (interna e ampliada) no bairro em que o conjunto habitacional Novo Jockey foi construído. Seguido da temporalidade de ocupação do Novo Jockey, que indicam um processo de *abairramento* (Ferreira dos Santos, 2017c), de uma forma de centralização que leva ao bairro, o que proporcionou a comunicação e integração, reconfigurando os padrões de sociabilidades entre os antigos e os recém-chegados (os removidos para o conjunto do PMF).

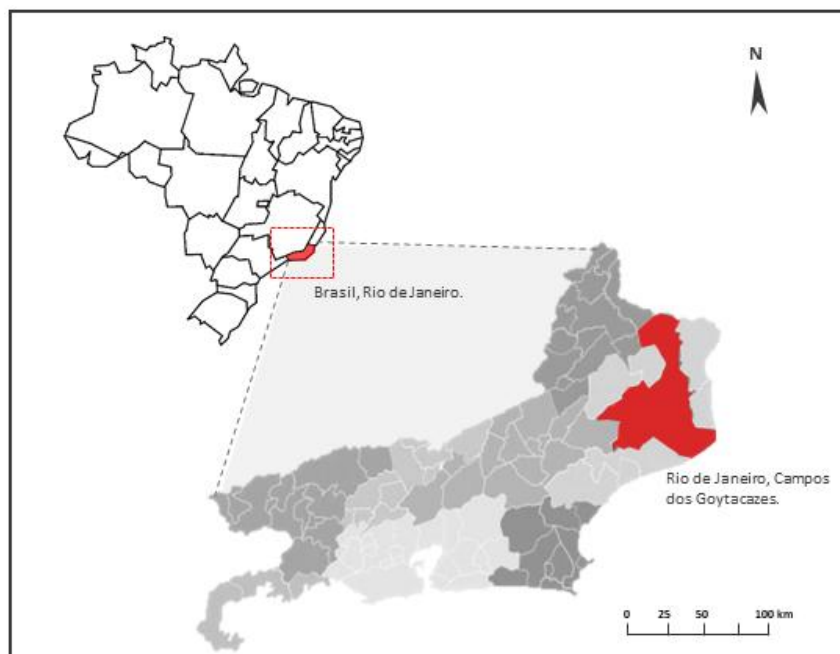
Logo após, descrevemos algumas situações entre os residentes do conjunto habitacional Novo Jockey, nas quais eles mobilizam objetos, repertórios e disposições anteriormente adquiridas como modo de tornar o ambiente urbano praticável. As situações apresentadas apontam diferentes modos em que os habitantes exploram o “próximo” e o ambiente urbano, traçando vias usuais e criando *paisagens familiares* (Breviglieri, 2017). Por vezes, estas interações são entremeadas de transtornos e de tensões nas relações de vizinhança e, eventualmente, entre moradores traficantes e não traficantes.

Decerto, o Programa Morar Feliz alterou a ordem social local ao reconfigurar as sociabilidades urbanas das camadas populares removidas e ao reposicioná-las moralmente na estrutura urbana campista. O habitar, nesse caso, é resultante de modalidades de experimentação do espaço e de como se relacionam uns com os outros. Ademais, o PMF ressignificou os modos de habitar, impulsionados por um programa municipal de moradia popular em uma cidade média distante de contextos metropolitanos.

1 Encadeamentos e tramas de um programa habitacional

Campos dos Goytacazes é uma *cidade média não metropolitana*³ localizada na região Norte Fluminense, interior do Estado do Rio de Janeiro (Figura 1). Segundo o IBGE (2018), possui uma população estimada em 503.424 habitantes, cuja distância da capital é de aproximadamente 300 km. A cidade concentra uma ampla rede de serviços os que mais se destacam são, na área de educação, o Ensino Superior; na área da saúde, serviços hospitalares de alta complexidade; e as atividades comerciais. Por este motivo, atrai moradores da região Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Zona da Mata de Minas Gerais e o sul do Espírito Santo.

Figura 1- Localização da cidade de Campos dos Goytacazes



Fonte: Ferreira, 2019, p. 28.

O problema aqui nomeado “moradia popular”, ressurgiu na cidade em meio à disputa eleitoral de 2008, momento em que foi problematizado os impactos das fortes chuvas e enchentes que ocorreram entre 2006 e 2008 (no qual o Rio Paraíba do Sul transbordou em níveis consideráveis, alagando casas próximas a rios e

³ Segundo Santos (2010), *idades médias não metropolitanas* definem-se por um critério demográfico e outro geográfico: uma população de mais de 100 mil habitantes; cidades que não são capitais estaduais ou localizadas em regiões metropolitanas. O Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA, 2001), por sua vez, considera *idades médias* aquelas com população de 100.000 a 500.000 habitantes.

lagoas). A candidata ao cargo de prefeita da cidade, Rosinha Garotinho, prometeu construir 10.000 unidades habitacionais às populações atingidas por estes eventos. Após eleita, iniciou o planejamento do programa em 2009 e definiu os critérios de seleção dos beneficiários por meio do Decreto nº 55/2011 (ARRUDA, 2014).

Nomeado Programa Morar Feliz (PMF), foi considerado, nas palavras dos gestores e trabalhadores da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), “o maior programa habitacional do interior do país” (ARRUDA, 2014, p. 122). A legitimidade do programa se fundamentou no “risco” como critério de justiça para enquadrar os atingidos por esses *imprevistos* ambientais (BECK, 2011) e também priorizou aqueles considerados “socialmente vulneráveis” e os beneficiários do aluguel social (Decreto 55/2011). A meta inicial era construir 10.000 casas para as camadas populares.

As atividades foram distribuídas em quatro setores: 1) Empresa Municipal de Habitação (EMHAB), responsável pela demarcação das áreas desapropriadas; 2) Secretaria de Obras, responsável pela licitação e fiscalização das obras; 3) Defesa Civil, pela marcação das residências de áreas de riscos; 4) Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS), na seleção dos aptos; realização de reuniões e o acompanhamento técnico social (Decreto 55/2011). O Programa Morar Feliz dividiu-se em duas fases: na primeira (2009-2011) 5.426 unidades habitacionais foram construídas; na segunda (2012/2014), outros 30 conjuntos foram projetados⁴.

As casas foram edificadas no padrão geminadas. Cada unidade possui 43,08 m² construídos, distribuídos em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma área externa. Somando a área construída com as externas (frente e fundos) totalizam 140 m², o que difere de outros empreendimentos, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV – Faixa 1). Os empreendimentos habitacionais foram executados pela construtora Odebrecht, que utilizou o mesmo projeto em todos os conjuntos. Suas características são a padronização e uniformização e refletem o padrão geral que é aplicado em todo o país (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

⁴ Segundo Ferreira (2019), no final do governo Rosinha Garotinho, em 2016, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes contabilizou a entrega de 6.500 residências no quadro do programa Morar Feliz. Um dos principais motivos alegados do não cumprimento da meta foi a queda na arrecadação dos *royalties* de petróleo a partir de 2015.

Os planejadores não consideraram as vivências e as convivências das populações que seriam removidas e, com isso, impuseram uma “fórmula de vida urbana” (FERREIRA DOS SANTOS, 2017a), o viver em condomínio. Nesse sentido, em 2012, os conjuntos edificados foram renomeados: associado ao vocábulo condomínio veio seguido da expressão “recanto”. Linda Mara Silva, coordenadora de o projeto Viver Feliz⁵, em uma ocasião de entrega de títulos de posse e de nomeação das ruas e dos conjuntos, disse que “é como dar uma identidade às pessoas” (PMCG/SECOM, 04/05/2015)⁶. Em outras palavras, ela procurava imprimir um jeito de ser aos novos residentes, indicando um modo de vida e formas de padronização dos comportamentos.

Ironicamente, o vocábulo “recanto” diz respeito a um local afastado, lugar onde se esconde ou esconderijo. A expressão indica que nesses lugares podiam ser reproduzidos um estilo de vida, uma proposta centrada na homogeneização e na formalização dos comportamentos. Nos termos de Ferreira dos Santos (2017a, p. 210), “o morador do condomínio é homogeneizado antes mesmo de existir”. Com isso, verifica-se que tais aspectos reafirmam as velhas práticas de produção de moradia popular no país, de uma “urbanização na marra”, em que as leis e os projetos (os dispositivos) não refletem o consenso da população (FERREIRA DOS SANTOS, 2017b) removida.

1.1 O Condomínio Recanto das Flores

Logo na primeira fase do Programa Morar Feliz, no ano de 2010, iniciou-se a construção de 934 unidades habitacionais no bairro Novo Jockey (próximo ao Jockey, um antigo bairro consolidado de Campos dos Goytacazes). Segundo Coutinho (2017), entre 2010 e 2015, houve grande interesse imobiliário de construtoras urbanizadoras nessa região e inúmeros condomínios fechados foram e estão sendo construídos. Nos termos de Cavalcanti (2013), ainda que em contexto

⁵ O projeto Viver Feliz tinha como objetivo conceder títulos de posse aos moradores selecionados e aproveitavam para renomear as ruas e os conjuntos habitacionais entregues.

⁶ Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=30811>. Acesso em: 04 jul. 2017.

diferente, essa área funcionou como um *laboratório de políticas de habitação* (tanto para as classes médias como para as populares).

Figura 2 - Alguns empreendimentos habitacionais do Novo Jockey e o conjunto do programa Morar Feliz (à direita).



Fonte: Coutinho (2017, p. 115).

O conjunto habitacional Novo Jockey, localizado à direita da Figura 1, foi construído com 934 unidades habitacionais, uma escola que oferta os primeiros anos do ensino fundamental e uma creche, ambas municipais. Essa última foi reformada e ampliada para atender os habitantes do bairro Novo Jockey, no qual existem 15 ruas horizontais e três verticais, o que possibilita uma melhor circulação. Inicialmente, as ruas eram identificadas por números (1 a 7), após a fixação dos residentes, iniciada no mês de agosto de 2011, e na ocasião da entrega de outras 334 casas, em 2012, para completar as 934, algumas ruas foram nomeadas com nome de árvores e outras de flores, em “homenagem a prefeita Rosinha”, e o conjunto, chamado de Condomínio Recanto da Flores, como relatou uma interlocutora.

Perguntamos aos moradores os motivos pelos quais foram selecionados, e relataram que por estarem em “áreas de risco” (próximo ao Rio Paraíba do Sul), casas sem infraestrutura ou em condições precárias e alguns beneficiários do “aluguel social”. Outros relataram que foram procurados pelas profissionais

assistentes sociais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro Social Urbano (CSU), próximos aos locais que residiam, para se cadastrarem. Outros, por sua vez, procuraram estas instituições por terem assistido as propagandas na televisão.

Após a realização do cadastro e a informação de que havia sido contemplado, cada morador foi direcionado ao conjunto e recebido pelas assistentes sociais, que distribuíam as chaves aleatoriamente. Não houve sorteio ou método que definisse a rua e a casa que ocupariam. As profissionais não consideraram os bairros de origem, as relações de vizinhança e tampouco de parentesco. Os moradores descreveram que elas “estavam confusas”, pois muitas casas não estavam concluídas, a demanda era grande e “havia pressão por parte do governo municipal” por estar próximo às eleições municipais⁷.

Os selecionados vieram, em sua maioria, das favelas Tira Gosto, Matadouro e Goiabal e outros bairros e zonas rurais, como Poço Gordo, Goytacazes, Penha, Parque Aurora e da Pecuária. Estes últimos (do bairro Pecuária) foram expulsos já nos primeiros meses, por serem considerados “inimigos” pelos narcotraficantes que pertenciam à facção TCP⁸ (Terceiro Comando Puro), que passou a controlar o conjunto. Em curto prazo, essa aleatoriedade de alocação provocou um “troca-troca”, que consistiu de negociações, expulsões, vendas e trocas de casas no próprio conjunto e com outros conjuntos, pois uns queriam ficar próximo aos familiares e outros por temerem e ou para evitarem “problemas com vizinhos traficantes”.

No “troca-troca”, os moradores traficantes também trouxeram seus “parceiros” e familiares para o conjunto habitacional Novo Jockey. Outros moradores não traficantes também aproveitaram e “avisavam” antigos vizinhos, amigos e familiares para comprarem ou trocarem de conjunto e, assim, evitar que as casas fossem ocupadas por traficantes ou pessoas ligadas a eles. De certa forma,

⁷ Ferreira (2019, p. 47) descreveu que na campanha eleitoral de 2012, Rosinha Garotinho reafirmou que, se reeleita, daria continuidade às obras e finalizaria as 4.474 unidades restantes para atingir a meta. Rosinha Garotinho foi reeleita (2013-2016) no primeiro turno das eleições com 69,96% dos votos válidos. Ela utilizou, dentre as vitrines políticas, o Programa Morar Feliz como barganha política eleitoral para conquistar votos.

⁸ As duas facções do tráfico de drogas que controlam a cidade são: TCP (Terceiro Comando Puro) e ADA (Amigos dos Amigos). O conjunto habitacional Novo Jockey é controlado pelo TCP. Para uma melhor compreensão dos efeitos do narcotráfico nos modos de circulação da cidade, ver o trabalho de Siqueira (2016) e Pinheiro (2018).

esses eventos, situados a partir do “troca-troca”, promoveram novos arranjos e conduziram a uma estabilização das relações de vizinhança interna, promovendo uma maior integração entre eles.

Ao descreverem o “troca-troca”, os moradores narravam as situações que motivaram o “troca-troca” como de “disputa, mortes, ameaças e expulsões” que ocorreram. O “troca-troca” pode ser lido também como uma das condições objetivas da espacialização do tráfico de drogas, que gerou mobilidade, em outras palavras, mudança de endereço em busca de aceitabilidade.

Inicialmente, formaram uma associação de moradores, que funcionou nos primeiros quatro meses e se dissociou após intensos conflitos entre moradores traficantes motivados, como apontei acima, pela combinação de uma pluralidade de moradores pertencentes às duas facções rivais (TCP e ADA) removidas para o conjunto habitacional Novo Jockey. A forma condomínio e a Associação de Moradores, que deveriam funcionar como uma forma de agrupar e promover a coesão social entre os moradores, do lugar da reivindicação e tratamento das demandas coletivas, foram esvaziadas paulatinamente à medida que o tráfico de drogas espacializou-se.

Em suma, o “troca-troca” estabilizou as relações de vizinhança interna e elas se fundamentaram na confiança e no parentesco. Uma interlocutora narrou que este momento provocou tensão e apreensão, sendo inclusive noticiado nos jornais locais da cidade. Em linhas gerais, assim como Ferreira (2015) analisou em sua pesquisa, nota-se que o problema moradia popular, após a ocupação do conjunto, também passou a ser problematizado a partir de outra pauta, a da segurança pública.

Esses elementos indicam como os moradores contribuíram na definição dos arranjos de vizinhança e das competências mobilizadas como modo de tecerem acordos que buscavam ajustamento nas relações entre os vizinhos, diferentemente daquelas orquestradas pelas assistentes sociais. Os selecionados, traficantes e não traficantes, utilizaram destas *estratégias* (CERTEAU, 2014), a de “avisar parentes e amigos” como modo de garantir a estabilidade das relações de vizinhança internamente, para poderem compartilhar o espaço residencial e dar continuidade à vida cotidiana no quadro deste programa. Simultaneamente à ocupação e às

problematizações relatadas, percebemos como esses efeitos incidiram na configuração da vizinhança ampliada.

1.2 “A Nova York campista”

Paralelamente a edificação e ocupação do conjunto, os antigos residentes (do bairro Novo Jockey) mobilizaram “parentes, conhecidos, família e amigos” para se cadastrarem e ocuparem as casas construídas no quadro do Programa Morar Feliz do Novo Jockey⁹. Eles antecipavam uma invasão de traficantes de drogas e “pessoas ruins” e consideravam que, com isso, perderiam a “tranquilidade”, as quais se relacionavam ao medo do aumento da violência. Como parâmetro de avaliação, comparavam as experiências do programa em outros conjuntos que foram entregues.

Inicialmente, os antigos moradores apresentavam-se como *empreendedores morais* (BECKER, 2008) definindo, por previsibilidade, os novos como desviantes, os quais quebrariam a sociabilidade e a ordem social local. Estas avaliações estavam relacionadas à introdução da *linguagem da violência urbana*¹⁰ (MACHADO DA SILVA, 2008, 2010) na área. Porém, estes pontos de vistas negativos, por vezes pejorativos, foram se modificando. Em certo momento, ao perceberem que a prefeitura iniciara investimentos de antigas demandas por escolas e outros serviços públicos, previstos no projeto do programa, iniciaram outras problematizações.

Então, os antigos habitantes começaram a referir-se aos recém-chegados (os selecionados pelo PMF do Novo Jockey) como “moradores de Nova York”. Ao indagarmos os residentes do conjunto habitacional Novo Jockey os motivos desta expressão, eles relataram que o conjunto habitacional “foi entregue asfaltado, com água, esgoto e luz e eles [*os antigos residentes*] ficaram putos, pois no bairro ainda

⁹ Isto ocorreu também durante o “troca-troca”.

¹⁰ Machado da Silva discorre que a linguagem da violência urbana “não tem o mesmo significado para todos os habitantes, mas há alguns pontos comuns que constituem seu núcleo de sentido: ameaças à integridade físico-pessoal e ao patrimônio material representado pela expansão de ações violentas em todas as áreas da cidade (2008, p. 20). Afirma ainda que “[...] a linguagem dos direitos deixou de articular de maneira unívoca o conflito social (e os medos a ele associados), passando a competir com a linguagem da violência urbana, que tematiza os sentimentos difusos de insegurança que pesam sobre as expectativas de prosseguimento pacífico das rotinas diárias [...]” (2010, p. 288).

não havia calçamento, rede de esgoto e escola”, além de haver um número reduzido de frotas de ônibus, como indica os relatos abaixo.

Eu já contei né, todo mundo chamava aqui de Nova York. Dizem, não sei, que lá em Nova York é assim, as casas não têm muros. Mas aqui, além disso, nós tivemos água encanada, energia elétrica, tudo calçado direitinho e eles ainda não tinham isso (ABRIL DE 2016).

[...] A gente ouvia crítica das pessoas nos ônibus, nas vans, falavam mal de Rosinha, aí depois que começou... Rosinha começou a calçar as ruas, água do rio Paraíba passou, passou internet, começou a entrar as coisas boas no bairro é que eles começaram a mudar a relação. Mas ainda tem, se você andar, procurar, você ainda acha pessoas que não gostam das casinhas (NOVEMBRO DE 2017).

Ao observarem o processo de urbanização, é importante destacar que escolas, frotas de ônibus e vans aumentaram no local a partir da fixação destes últimos, exceto o posto de saúde. Para os novos residentes, tratava-se de “inveja”, pois eles chegaram com infraestrutura, o que os colocava em uma posição mais privilegiada em relação aos antigos habitantes da área. Hortência, uma antiga moradora do bairro Novo Jockey, indignada, contou: “cuidaram deles [*do conjunto habitacional*], mas não cuidaram da gente [*das casas dos loteamentos*]”. Ela destacou ainda que o ponto positivo era que os habitantes da área se “beneficiavam das melhorias” promovidas pela presença dos conjuntos habitacionais edificadas no bairro.

A “urbanização” da área foi um dos aspectos utilizados pelos antigos moradores como modo de avaliar positivamente a implementação do conjunto habitacional Novo Jockey, construído no quadro do programa habitacional do Morar Feliz. Mais ainda, essa aproximação entre moradores muito heterogêneos, de certo modo, anunciava uma relação entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2010) e as diferenciações das maneiras de morar que identificamos durante a realização do trabalho de campo.

Durante o trajeto do ônibus Centro-Novo Jockey, observamos os passageiros solicitarem a parada no “ponto” e diziam “casas”, “condomínio tal” e “casinhas”. A primeira expressão referia-se aos loteamentos (os antigos moradores), àqueles que se fixaram no final dos anos de 1990 e início de 2000, os quais criticavam a ausência de calçamento, saneamento e transporte público. Estes foram os que atribuíram a expressão “Nova York” aos recém-chegados. A segunda expressão refere-se aos que se fixaram paralelamente à construção do conjunto do Morar Feliz, ou seja, aos

condomínios fechados edificados no bairro Novo Jockey, alguns do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). A última, “casinhas”, remete aos selecionados pelo PMF do bairro Novo Jockey.

Essas expressões indicam a temporalidade de ocupação e as diferentes maneiras de morar no bairro Novo Jockey. O primeiro e o terceiro grupo interagem nos bares, no campo de futebol e futevôlei improvisado, nos comércios locais e outros pontos de encontros e deslocamentos cotidianos. A relação entre os moradores das “casas” e das “casinhas” com os residentes dos “condomínios” é marcada por uma relação de trabalho. Por exemplo, as mulheres executam tarefas domésticas como diaristas, empregadas domésticas ou babás e os homens, por sua vez, realizam “bicos” (pequenas obras, serviços de eletricidade e hidráulicas entre outras atividades).

Observamos que as problematizações referentes ao encontro dos antigos habitantes e dos recém-chegados no bairro Jockey, de um lado, permitiu-nos identificar as configurações e as diferentes maneiras de morar da vizinhança ampliada seguindo a temporalidade de ocupação da área; de outro, com a implementação do conjunto habitacional estudado, associados aos outros, além de terem adensado e promovido um processo de expansão urbana, consequentemente, também adensou as formas pelas quais os moradores da área relacionam-se.

2 Um mosaico de sociabilidades

Aqui, apresentaremos um mosaico de situações com a intenção de indicar parte das múltiplas formas de *sociação* que surgiram (e reconstruíram) da execução de um programa habitacional popular municipal, que mostra as formas como os moradores relacionam-se com e diante do “outro”, nas mais diversas operações cotidianas.

1.1 A “rua principal”

A “rua principal”, nomeada Rosa Montezzano Oliveira, é uma das ruas mais antigas do bairro Novo Jockey, possuindo aproximadamente 3 km de extensão. Com

início na Avenida Presidente Kennedy, atravessa o Novo Jockey e os conjuntos do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa Morar Feliz. Depois do conjunto estudado, a rua dobra à direita e termina no Parque Menezes. Este bairro se conecta à Vila Manhães, à Penha e ao “final da Avenida 28 de Março”.

Logo no início, em suas esquinas, possui uma farmácia e um prédio com quitinetes de cinco andares e um ponto comercial de madeiras. Ao entrar nela, após uns 60 metros, em ambos os lados, há ruas com residências e pequenos comércios. Em seguida, na altura de 60 metros, tanto do seu lado direito quanto do lado esquerdo, há terrenos baldios com matas remanescentes, que são utilizados para pastagem de animais de médio porte (cavalos e bois).

Depois, cerca de 300 metros à frente, há uma pequena estrada de chão, do lado direito, que conecta a rua principal à Rua João Manoel de Faria, em frente ao Condomínio Vida Bella. A delimitação dessa rua deu-se a partir dos rastros dos animais que ali pastavam e depois foi explorada pelos residentes como modo de “facilitar a ligação com o outro lado do Jockey”. Do início da “rua principal”, na Avenida Presidente Kennedy, até a Rua 1 do conjunto habitacional Novo Jockey, a distância é de cerca de 1,1 km. Neste trajeto concentra variadas atividades comerciais, pontos de encontro e deslocamentos cotidianos. Para os moradores do bairro essa rua é considerada “mais segura” devido à intensa circulação de pessoas. Depois da Rua 15 do conjunto habitacional Novo Jockey, cuja longitude é de 1,8 km, essa representação modifica-se, pois a rua principal passa a ser conhecida como a “rua do fogo”. Esse qualificativo é explicado por conta de tiroteios, roubos e mortes que ali ocorrem.

Os transeuntes se locomovem em meio a carros, ônibus, vans, pois as calçadas, quando existem, são utilizadas como estacionamentos, ocupadas por árvores, animais presos a cordas ou placas que anunciam serviços comerciais. Nos primeiros meses do trabalho de campo achamos a “rua principal” arriscada para andar a pé ou de bicicleta. Porém, nossas percepções modificaram-se à medida que notamos as formas como os moradores relacionavam-se em alguns pontos dessa rua.

Na “rua principal”, variadas atividades comerciais podem ser observadas (padaria, açougue, farmácia, pequenos mercados e mercearias, lojas de roupas, barbearia, papelaria, loja de material de construção, bares e loja de acessórios para

celulares). Segundo relatos dos antigos e dos novos residentes, estes se ampliaram após a fixação dos moradores dos empreendimentos urbanizadores do Programa Morar Feliz e de outros de empresas urbanizadoras.

Os lotes das casas de esquinas da “rua principal” do conjunto habitacional Novo Jockey, por serem maiores, tornaram-se pontos comerciais, como bares, lanchonetes, mercearias, açougues, entre outros. Estes estão em uma área privilegiada, de intensa circulação, de encontros e de deslocamentos cotidianos dos moradores da área. Nelas, há também o comércio de alimentos e de bebidas. É conhecida também como o lugar que “pega fogo”, por concentrar estabelecimentos destinados ao prazer e à diversão. Estes funcionam à noite e se intensificam nos finais de semana, como o forró, as atividades de prostituição e o comércio de drogas.

Por este motivo, não parece exagerado considerar a “rua principal” a partir de uma dupla qualificação. De um lado, ela se transformou em uma *área natural* (PARK, 1945a) por ter se especializado nas mais diversas atividades comerciais. Por outro lado, ao promover o encontro de uma pluralidade de moradores (do conjunto e do bairro) e de visitantes, intensificou as formas de ajuntamentos de diversos grupos sociais com interesses diversos, por isso podemos considerá-la como uma *região moral* (PARK, 1973) que se formou no bairro Novo Jockey.

2.2 Em um bar da “rua principal”

Encontramos o primeiro *interlocutor* em um bar na “rua principal”. As conversas no bar versavam sobre futebol, zoações e gozações de times alheios. É um espaço predominante de sociabilidades masculinas. Os homens olhavam as mulheres que transitavam pela rua e comentavam: “gostosas”, “piranhas”, “aquela é safada” e “ela saiu e deixou o marido bêbado em casa outro dia”. Estávamos sentados à mesa com Leandro, próximo ao balcão, e imediatamente ele me apresentou aos frequentadores como “amigo da família”.

A apresentação consistia em aperto de mão e troca de olhares, momento em que os observo e também sou observado. Eles estavam à procura de informações para iniciarmos uma atividade comunicativa (GOFFMAN, 2010). Oferecerem-me

um copo de cerveja, aceitei, pensei que este ato facilitaria minha aceitação no grupo e comecei a observar os modos como Leandro classificava os amigos.

Ao ser apresentado como “amigo da família”, Leandro reforçava “é de confiança”. Ele utilizava diferentes expressões referentes aos frequentadores aos quais nos apresentava, tais como: “amigo de bar”, “amigo da família” e “amigão”. Estas expressões indicam as dimensões afetivas de envolvimento com o “próximo”, mas também como os diferenciam segundo critérios de distanciamento e de proximidade.

Essas indicam um ambiente de abertura para o outro, de um espaço de trocas e de transações diversas, situadas em um *regime de familiaridade* (THÈVENOT, 2014). Uma pluralidade de engajamentos construída como parte da experimentação e da exploração do “próximo”. Essas escalas de envolvimento indicam também modalidades diferenciadas de confiança. É sobre estas formas de diferenciá-los que os frequentadores do bar criam *paisagens familiares* no espaço público, de estabilidade que nutre e funda uma habitabilidade (BREVIGLIERI, 2016).

De outro modo, diferentemente da perspectiva Breviglieri (2006, 2017), destacamos a importância da análise de DaMatta (1997), ao distinguir entre o *mundo da casa* e o da *rua* (referindo-se à *pessoalidade* e à *impessoalidade*), na qual demonstra como vivemos *entre e na passagem* nestes dois mundos. Para o segundo autor, estas fronteiras não são fixas e podem coexistir simultaneamente, por ser possível reproduzir, seja na rua, na vizinhança, nos bares e nas diversas instituições, relações de confiança e de intensa pessoalidade como se estes fossem a casa.

2.3 “Ser de casa” e “sentir-se em casa”

As expressões “ser de casa” e “sentir-se em casa” indicam um duplo movimento, um processo gradual de aproximação entre os atores da ação. O primeiro significa um personagem fixo, estável, aquele que a frequenta todos os dias, ele pode tecer críticas e utilizar os objetos sem pedir autorização, por exemplo; o segundo, refere-se a um sujeito que transita por ela ocasionalmente, é o “chegado”, estável, porém com limitações de agir no ambiente do anfitrião.

No nosso caso, podíamos “sentirmo-nos em casa” por sermos um “aluno/professor da Uenf” e por transitar ocasionalmente. Utilizávamos a percepção para avaliar o modo de agir ajustado na situação. Pertencer a uma instituição e manter um contato rotineiro nos garantia uma posição privilegiada. “Sentir-se em casa”, nesta circunstância, é o nível primário da hospitalidade, equivale a ser uma “visita”, mas quando os vínculos se tornam duradouros, após longo convívio de observação e experimentação, nos deslocamos para de “ser de casa”, o de ocupar uma posição no cotidiano.

Estas duas expressões, ainda que não nos termos de Douglas (1991), indicam a sincronia, modos pelos quais os atores da interação captam informações sobre as ações dos outros, como o ato de entrar e de sair, o que fazer ou não na casa, não em um sentido autoritário. É uma situação pela qual os atores da interação a exploram, ajustam-se e expandem-se continuamente, com o objetivo de construir ambientes agradáveis nos quais o corpo pode relaxar e repousar (BREVIGLIERI, 2017), tornando o espaço hospitaleiro. Assim,

Quando habita, o homem não encontra apenas uma base de confiança que ele poderia compartilhar com seus próximos. Ele também extrai uma fonte de enriquecimento abrindo no mundo vias usuais, se acomodando a ele por meio de caminhos praticáveis e traçando paisagens familiares (BREVIGLIERI, 2017, p. 18).

A corporalidade e a inteligência, neste caso, constituem os recursos mobilizados como modo de “desdobrar suas qualidades pessoais” e engajar o corpo em um espaço familiar (BREVIGLIERI, 2006, p. 9). O repouso e o descanso do corpo fundam uma habitabilidade. Observamos que “ser e se sentir em casa” é uma situação construída com base na confiança, e que gera certa estabilidade. Ambas podem ser traduzidas como *investimentos de formas* (THÉVENOT, 1986), os quais resultam convenções, normas e códigos que guiam e coordenam as ações entre eles.

Isso envolve certas capacidades, como a observação de si, de sair do íntimo e projetar-se diante o outro, organizando uma experiência de si e sobre a qual partilham experiências comuns, tecendo acordos e compromissos em busca do *bem comum*. Habitar aqui pode ser lido como o lugar do descanso, da tranquilidade, da privacidade, da intimidade e do cuidado, significa também tocar, perceber,

delimitar, experimentar o outro permitindo a ambos transitarem entre o “sentir” e o “ser” (BREVIGLIERI, 2002, 2017)¹¹.

2.4 O “outro”

“Ter vizinho” e “ser vizinho” são duas expressões evocadas pelos moradores. Consistem em uma dupla avaliação, de si e do outro. Ambas permitem identificar os atributos utilizados na qualificação do “outro” (vizinho). Por exemplo, quando pedem para abaixar o volume do som, o “bom vizinho” reconhece o pedido pela troca de olhares. Caso contrário, são *rotulados* de “grosseiros e difíceis de lidar”. Por vezes, é “preciso jogar piadinhas para ele se tocar”, conta uma moradora em uma entonação forte e provocativa.

Estas queixas iniciais são verbalizadas e, por vezes, geram desentendimentos e brigas. O resultado é o *fechamento* para o “outro” e produz um sentimento de *invasão* (BREVIGLIERI, 2007) em sua rotina. De outro modo, a expressão as “paredes tem ouvidos” refere-se aos modos pelos quais os residentes evitam verbalizar assuntos relacionados ao tráfico de drogas próximos a “vizinhos não confiáveis” ou “pessoas de fora de seu convívio”. Quando o fazem, observam atentamente ao seu redor e baixam o tom de voz.

Nesse caso, evitar falar ou abaixar o tom de voz indica modalidades de *silenciamentos* (FARIAS, 2008) imposta por esse grupo. Frequentemente esses personagens administram os conflitos de vizinhança como modo de evitar a presença de policiais e alterar a ordem social local, o que leva a uma eliminação forçada das queixas. As ações de traficantes de drogas nas relações de vizinhança promovem não somente a *intranquilidade*, mas *aniquilam* e *apagam* o “outro” na continuidade do viver junto. E assim o descanso/repouso do corpo compromete as habitabilidades (BREVIGLIERI, 2006, 2007).

¹¹ Breviglieri (2017) destaca que os homens habitam muito além do que somente casas que, por vezes, nem sempre são habitáveis, que não pode ser reduzido a casa, prédio ou aquelas formas clássicas de caracterizá-la, tais como: lar, do poder familiar, do mundo doméstico e da mulher e propriedade, o restringindo a esfera privada. Para o autor, é necessário se distanciar destas clássicas distinções entre o objeto e o sujeito e ir em direção ao familiar e às coisas familiares, concebê-lo como espaço de transação e trocas.

2.5 “Onde você mora?”

Estávamos diante de um morador que avaliava nosso comportamento e investigava a nossa presença no início da pesquisa. Segundo ele, não éramos considerados normais; estávamos em um *contato misto* (GOFFMAN, 2008). Ele nos julgava como estranhos ao lugar pela vestimenta e a forma que conversávamos. Continuamos a conversa, o deixamos conduzir. Conversamos sobre a Uenf e o caos financeiro que era noticiado nos jornais televisivos. Aos poucos, alguns pontos referenciais entre nós apareceriam, nós éramos frequentadores de um “boteco” próximo à Uenf. E ele perguntou a um de nós: onde você mora?

Diante do questionamento e sabendo dos riscos que corria em não dar uma resposta satisfatória, pois compreendí que a cidade era dividida em duas áreas por duas facções do tráfico de drogas, eu disse que residia próximo à Uenf. Não foi o bastante. Ele insistiu: “em que lugar? Na Portelinha, Tira Gosto?” Diogo respondeu-me que morava próximo à favela Tira Gosto. Não satisfeito, informou o endereço e um ponto de referência. Em seguida, me disse:

Ah, então, você mora na nossa área. Ali não é território inimigo, isso é bom, sabia? Você não terá problemas por isso, os moradores são bons. Eu irei avisar ao pessoal [*traficantes*] que tem um rapaz da Uenf aqui para estudar o Novo Jockey. E dizer que você é da área.

A expressão “onde você mora” quer dizer “de que lado você está”. Pertencer a um “lugar ou área”, em Campos dos Goytacazes, é fundamental para compreender as formas pelas quais os moradores podem circular em determinados lugares. É a forma pela qual os traficantes definem o que está “dentro” e “fora” e, assim, identificar um provável “inimigo”, evitar transtornos ou conflitos armados. No caso que descrevemos, essa investigação partiu de um “olheiro”, um dos personagens dentre as hierarquias do narcotráfico¹². “De que lado é ou está?” é um dispositivo cognitivo e prático em que um tipo de experiência é organizada, permitindo aos participantes compreendê-la e participar dela (GOFFMAN, 2012).

¹² O tráfico de drogas é administrado segundo hierarquias e regras próprias, que são: “patrão”, o “chefe do movimento”; o “gerente”, aqueles que administram a “boca”; os “vapores”, os que vendem; o “endolador”, que embala as drogas; e os “olheiros”, os que vigiam as “bocas” (SIQUEIRA, 2016; TEIXEIRA, 2013).

É importante destacar que no contexto do tráfico de drogas, as categorias “lado” ou “de que lado você é ou está” mostram uma cartografia moral definida pelas duas facções rivais (TCP e ADA). Esses efeitos, na rotina dos moradores, é a restrição de circulação em outros bairros controlados pela ADA, não somente de moradores traficantes, mas também de seus amigos, familiares e daqueles que não partilham dos princípios morais, pois podem ser identificados como “inimigos”. Esse é um dos modos segundo os quais está condicionado o viver em Campos dos Goytacazes.

A categoria “lado” é relacional, está para além do contexto do tráfico de drogas. Ela permite identificar também o ordenamento espacial da cidade, no qual o Rio Paraíba do Sul e a “Beira Valão” (Canal Campos Macaé) constituem elementos da espacialidade de Campos. O Rio Paraíba do Sul divide a cidade em duas margens, direita e esquerda. Na primeira está o centro histórico e outros bairros; na segunda, “Guarus”, antigo distrito com vários bairros. Nas conversas ordinárias, “Guarus” é visto pejorativamente como local da violência¹³. A “Beira Valão” separa de um lado a Baleeira (ADA) e do outro, a Tira Gosto (TCP), favelas onde concentra o poder do tráfico de drogas. Esse canal também é uma fronteira moral.

Certa vez, estávamos sentados com uma *interlocutora* em uma calçada em frente à sua casa e duas mulheres circulavam pelo conjunto com panfletos nas mãos e distribuía aos que transitavam no conjunto. Após um tempo, elas vieram até nós e iniciaram uma conversa. Ofereceram à Regina serviços de cabeleireira e justificaram a presença no conjunto habitacional:

temos muitas clientes daqui e viemos para divulgar nosso trabalho e dizer que estamos realizando trabalho no domicílio, pois sabemos que muitos moradores não podem ir até o salão por conta dessas coisas e medo de acontecer algo [...].

A categoria “lado” é mobilizada em duas situações: 1) para identificar a origem residencial, por exemplo, se está “do outro lado do rio” [*Guarus*] e; 2) para identificar qual a facção do narcotráfico controla seu bairro ou favela. Portanto, a expressão “lado” é uma das dimensões que nos permite captar o *vivido*, mas também evidencia a

13 Para uma melhor compreensão dos significados das categorias “lado” e “morador de Guarus” ver os trabalhos de Assis (2016) e Soares (2018).

proximidade entre uma ordem urbana e uma ordem violenta (MACHADO DA SILVA, 2008). Sobre estas, os moradores traçam “vias usuais” nas quais criam *paisagens familiares* como parte da percepção e avaliação das coisas, que aprendem a habitar o ambiente e organizar o seu mundo (BREVIGLIERI, 2006).

Considerações finais

O Programa Morar Feliz reconfigurou as socialidades das camadas populares e sinalizam, brevemente, em como os residentes retomaram suas rotinas e as diversas formas como se relacionam com a vizinhança (ampliada e interna). De fato, uma expansão urbana centrada na redistribuição de grupos sociais, que ao serem removidos e realocados em outra área, acompanhou-se de um momento de desorganização social e quebras das antigas regras e códigos sociais, os quais foram e ainda estão em reconstrução.

A retomada das rotinas e da interação entre os moradores da área apontam para um processo de *abairramento* (FERREIRA DOS SANTOS, 2017c), de uma forma de centralização que leva ao “bairro”. Com efeito, inferimos que, nessa área, o PMF proporcionou, de certa forma, a comunicação, a integração e as relações de interdependência entre eles. Por este motivo, os programas de habitação popular da cidade, em particular, o PMF do Novo Jockey representa uma *máquina de marcar diferença* (GUIMARÃES; CAVALCANTI, 1984) ao reconfigurar o conjunto da sociabilidade urbana e popular.

Observou-se que a “remoção” e a realocação das populações de “áreas de riscos” para um conjunto urbanizado indicam novas modalidades de experimentação do ambiente urbano, resultando não somente de novas habitabilidades, mas reconstruindo-as. A experiência de habitar um novo espaço residencial produzido pelo Estado fez com que emergissem novos (velhos) problemas após a ocupação do conjunto. Com efeito, outras moralidades emergiram nas relações de vizinhança. Habitar, então, é uma relação, é o resultado de uma experiência com e diante o outro, e está envolvido em diferentes dimensões da vida cotidiana.

Ao considerar a presença do narcotráfico, este fator está associado à *expansão do mundo crime* como “marco discursivo e parâmetro de sociabilidade” (FELTRAN,

2011, p. 185). Em termos práticos, logo, o PMF, como modalidade de intervenção municipal na área habitacional além de ter reconfigurado a ordem urbana, apresenta uma temporalidade de continuidade de uma relação entre uma ordem pública e uma ordem violenta (MACHADO DA SILVA, 2008). A remoção provocou a quebra das regras e dos códigos das antigas relações de vizinhança e, ao se reconstituírem em um novo espaço, intensificou os conflitos e as formas de ação do tráfico de drogas.

Por fim, as casas sociais têm uma concepção da espacialidade física. Ao mesmo tempo em que elas permitem concentrar uma população em determinado local, define também o lugar e a posição que elas ocupam em Campos dos Goytacazes. A espacialização do tráfico também contribui na definição e na produção desses espaços. Do ponto de vista de quem executa, basta realocá-las para eliminar os problemas das pessoas, porém o processo de favelização, de pobreza e o tráfico de drogas permanecem. As gramáticas da violência urbana e as ameaças do uso da força, neste contexto, incidem na condução de elaborar, executar e dar continuidade, na vida cotidiana, às avaliações dos programas habitacionais.

Bibliografia

ARRUDA, A. P. S. N. *Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ*. 2014. 273 fls. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2014.

ASSIS, R. L. *Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ*. 2016. 214 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2º edição. São Paulo. Editora 34, 2011.

BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BREVIGLIERI, M. L’horizon du ne plus habiter et l’absence de maintien de soi en public. In : CEFAL, D.; JOSEPH, I. (org). *L’héritage du pragmatisme*. Conflit d’urbanité et épreuves de civisme. 2002.

BREVIGLIERI, M. Penser l’habiter estimer l’habitabilité. *Traces*, n. 23, p. 9-14, 2006.

BREVIGLIERI, M. L'intranquillité du voisin. Étude sur la potentialisation de la dispute en régime libéral. *Cahiers de Rhizome. Bulletin national santé mentale et précarité*, n° 29, p. 15-19, 2007.

BREVIGLIERI, M. Pensar a dignidade sem falar a linguagem da capacidade de agir: uma discussão crítica sobre o pragmatismo sociológico e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Revista Terceiro Milênio*, v. 6, n. 1, p. 11-34, 2017.

CAVALCANTI, M. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, p. 191-228, 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T.A. Do fim do BNH ao programa Minha Casa, Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2013.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes do fazer. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTINHO, M. B. S. *A expansão dos condomínios residenciais em Campos dos Goytacazes: uma análise do bairro Novo Jockey*. 189 fls. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades), Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2017.

DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (DOMCG). Decreto nº. 055 /2011. *Estabelece os critérios e o procedimento para concessão das casas populares do Programa Morar Feliz ou outro programa habitacional de moradia popular instituído neste Município*. Ano II, nº CCXV, fev. 2011. Disponível em: <www.campos.rj.gov.br/up/diario_oficial.php?id_arquivo=450> Acesso em: 22 fev. 2015.

DOUGLAS, M. The Idea of a home: a kind of space. *Social Research*, v. 58, n. 1, p. 287-307, 1991.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIAS, J. *Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas*. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 173-191, 2008.

FELTRAN, G. S. *Fronteiras da tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo. UNESP, 2011.

FERREIRA DOS SANTOS, C. N. Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo? In: FERREIRA DOS SANTOS, C. N. (Coletânea organizada por Maria de Lourdes Pinto Machado Costas e Maria Lais Pereira da Silva). *Sementes urbanas 1*. Niterói/RJ: Eduff, 2017a. p. 200-219.

FERREIRA DOS SANTOS, C. N. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. In: FERREIRA DOS SANTOS, C. N. (Colêanea organizada por Maria de Lourdes

Pinto Machado Costa e Maria Lais Pereira da Silva). *Sementes urbanas 1*. Niterói/RJ: Eduff, 2017b. p. 191-199.

FERREIRA DOS SANTOS, C. N. A cidade, os comportamentos e as leis. In: FERREIRA DOS SANTOS, C. N. (Coletânea organizada por Maria de Lourdes Pinto Machado Costa e Maria Lais Pereira da Silva). *Sementes urbanas 2*. Niterói/RJ: Eduff, 2017c. p. 182-189.

FERREIRA, D. C. *Das consequências do programa Minha Casa, Minha Vida na sociabilidade de um condomínio em uma cidade média de Minas Gerais*. 2015. 101 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, 2015.

FERREIRA, D. C. “Nosso novo endereço, Morar Feliz”: os sentidos de habitar um conjunto habitacional popular em Campos dos Goytacazes. 2019. 233 fls. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ, 2019.

GEERTZ, C. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4^o edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

GUIMARÃES, D.; CAVALCANTI, L. *Morar: a casa brasileira*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes*. 2015. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/23318>>. Acesso em: 28 out. 2015.

MACHADO DA SILVA, L. A. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.

MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.

PARK, R. E. A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. Ecologia humana. In: PIERSON, D. *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945a [1925]. p. 38-52.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para investigação do comportamento no meio urbano, tradução Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, O. G. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 27-67.

SANTOS, A. M. S. P. Urbanização brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, nov. 2010.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: FILHO, E. M. (Org.) *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983. p.122-134.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIQUEIRA, C. O.. *Territórios proibidos?* Uma análise das circulações e práticas sociais de jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

THÉVENOT, L. 1986. Les investissements de forme. *Conventions économiques*, n. 29, p. 21-71, 1986.

THÉVENOT, L. *La acción en plural: una introducción a la sociología pragmática*. Traducido por Horacio Pons. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

Recebido em: 14 nov. 2018.

Aceito em: 28 ago. 2019.

COMO REFERENCIAR

FERREIRA, Diogo da Cruz; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Habitabilidades e sociabilidades nas relações de vizinhança de um conjunto habitacional popular em Campos dos Goytacazes/RJ. *Latitude*, Maceió, v.14, n. 2, p.82-105, 2020.